



**MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

ATA DA REUNIÃO ORDINARIA REALIZADA NO DIA  
19 DE JANEIRO DE 2016

N.º 02/2016

PRESIDÊNCIA: Dr. Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara. -----

VEREADORES PRESENTES: Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, José Manuel Moreira Lopes, Prof.ª  
Sandra Maria Morais Guedes Gonçalves e Prof.ª Maria Arlete  
Canário Taveira da Costa Gouveia. -----

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Não Houve. -----

SECRETARIOU: António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão. -----

HORA DE ABERTURA: 10:00. -----

OUTRAS PRESENÇAS: Não Houve. -----

ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada em minuta no final da respetiva reunião. -----



## **SUMÁRIO**

### **CÂMARA MUNICIPAL**

**Pág.**

- 1 – Alteração da data da Reunião Ordinária do Executivo Municipal ..... 4

### **ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

- 1 – Apoios Pontuais às Freguesias – Programa Ocupacional - Comparticipação Financeira 4

### **DIVISÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS**

- 2 – Venda de Lotes para a Construção de Habitação, no Loteamento Urbano Municipal – Sol Nascente..... 6
- 3 – Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis – Exercício do Direito de Preferência..... 7
- 4 – António Alves Pinto Sequeira – Pagamento de Indemnização..... 7

### **Serviços de Tesouraria**

- 5 – Resumo dos Fluxos de Caixa de 30 de dezembro de 2015 a 14 de janeiro de 2016..... 8

### **DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA**

- 6 – Constituição da Comissão Técnica, para a Fiscalização do Cumprimento do Regulamento que Estabelece as Condições de Segurança a Observar na Localização, Implantação, Conceção e Organização Funcional dos Espaços de Jogo e Recreio, respetivo Equipamento e Superfícies de Impacto – Decreto-Lei n.º 203/2015, de 17 de setembro..... 9
- 7 – Constituição da Comissão Municipal de Vistorias a que reporta o Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro, com a nova redação dada pelo Decreto-Lei n.º 217/2012, de 9 de outubro, relativamente ao licenciamento e fiscalização de Instalações de Produtos de Petróleo e Combustíveis..... 10
- 8 – Constituição da Comissão de Vistorias para Verificação das Condições de Segurança e de Salubridade e do Edificado..... 11

**Município de Santa Marta de Penaguião**  
**Câmara Municipal**  
**Ata n.º 02 de 19 de janeiro de 2016**



9 – Constituição da Comissão de Vistorias.....	12
10 – Desafetação de uma Parcela Dominial para o Domínio Privado do Município, Destinada à Criação de uma “Bolsa de Solos” a Afetar à Construção.....	12
11 – Taxa pela Realização, Manutenção e Reforço de Infraestruturas Urbanísticas (TU) 2016.....	13

**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO**  
**AÇÃO SOCIAL E TURISMO**

**Serviço da Cultura**

12 – Concerto de Reis – Banda Musical da Cumieira – Comparticipação Financeira.....	15
13 – Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião – Pedido de subsídio.....	16

**Serviço do Desporto**

14 – Atividade Desportiva de Natação – Comparticipação Financeira .....	17
---	----

**Serviço de Ação Social**

15 – Programa de Apoio ao Medicamento Solidarius – Fixar Valores para 2016.....	18
---	----

## CÂMARA MUNICIPAL

### **Alteração da Data da Reunião Ordinária do Executivo Municipal**

----- 1 - O Senhor Presidente da Câmara Municipal, propôs ao Executivo Municipal, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 49.º e n.º 4 do artigo 40.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, que a reunião ordinária da Câmara Municipal, agendada para o dia 2 de fevereiro de 2016, se realize no dia 5 do mesmo mês, pelas 10:00 horas no edifício dos Paços do Município. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade.** -----

## ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

### **Apoios Pontuais às Freguesias – Programa Ocupacional**

#### **- Participação Financeira**

----- 1 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovou ao abrigo da competência conferida pela alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, em sessão ordinária realizada no dia 27 de Novembro transacto, apoiar financeiramente no ano de 2016 as Freguesias no âmbito do “Programa Ocupacional”, cujos montantes a transferir foram calculados, conforme acordado com os Senhores Presidentes de Junta, em função do n.º de trabalhadores a contratar e da retribuição mínima mensal garantida (RMMG), acrescida dos encargos com Segurança Social, por parte da Freguesia, com o subsídio de refeição e com o seguro de acidentes de trabalho, e que constam do seguinte quadro: -----

**Município de Santa Marta de Penaguião**  
**Câmara Municipal**  
**Ata n.º 02 de 19 de janeiro de 2016**

PROGRAMA OCUPACIONAL - 2016							
Freguesia	N.º trabalhadores	Importância	Encargos Segurança Social e Seguro	Sub.Refeição	Soma	Arredonda-mento	Total a Transferir
Alvações do Corgo	1	7 070,00 €	1 787,76 €	939,40 €	9 797,16 €	0,84 €	9 798,00 €
Cumieira	1	7 070,00 €	1 787,76 €	939,40 €	9 797,16 €	0,84 €	9 798,00 €
Fontes	1	7 070,00 €	1 787,76 €	939,40 €	9 797,16 €	0,84 €	9 798,00 €
Medrões	1	7 070,00 €	1 787,76 €	939,40 €	9 797,16 €	0,84 €	9 798,00 €
Sever	1	7 070,00 €	1 787,76 €	939,40 €	9 797,16 €	0,84 €	9 798,00 €
União Freg. Lobrigos (S.Miguel e S.João) e Sanhoane	2	14 140,00 €	3 466,88 €	1 878,80 €	19 485,68 €	0,32 €	19 486,00 €
União Freguesias de Louredo e Fornelos	1	7 070,00 €	1 787,76 €	939,40 €	9 797,16 €	0,84 €	9 798,00 €
Soma:		56 560,00 €	14 193,41 €	7 515,20 €	78 268,61 €	5,39 €	78 274,00 €

----- O Governo na definição de uma política de rendimentos numa perspectiva de trabalho digno e, em particular na garantia da revalorização da RMMG, propôs aos Parceiros Sociais a sua subida de 505€ para 530€, a partir de 1 de Janeiro do corrente ano, cujo valor veio a ser aprovado e fixado com a publicação do Decreto-Lei n.º 254-A/2015, de 31 de Dezembro. -----

----- Ora, considerando que um dos factores no cálculo daqueles montantes, ou seja, a RMMG, foi actualizado para 530€, resulta uma alteração do valor total a transferir para cada uma daquelas autarquias, como se demonstra no quadro seguinte: -----

PROGRAMA OCUPACIONAL - 2016 (Actualizado)							
Freguesia	N.º trabalhadores	Importância	Encargos Segurança Social e Seguro	Sub.Refeição	Soma	Arredonda-mento	Total a Transferir
Alvações do Corgo	1	7 420,00 €	1 870,25 €	939,40 €	10 229,65 €	0,35 €	10 230,00 €
Cumieira	1	7 420,00 €	1 870,25 €	939,40 €	10 229,65 €	0,35 €	10 230,00 €
Fontes	1	7 420,00 €	1 870,25 €	939,40 €	10 229,65 €	0,35 €	10 230,00 €
Medrões	1	7 420,00 €	1 870,25 €	939,40 €	10 229,65 €	0,35 €	10 230,00 €
Sever	1	7 420,00 €	1 870,25 €	939,40 €	10 229,65 €	0,35 €	10 230,00 €
União Freg. Lobrigos (S.Miguel e S.João) e Sanhoane	2	14 840,00 €	3 632,50 €	1 878,80 €	20 351,30 €	0,70 €	20 352,00 €
União Freguesias de Louredo e Fornelos	1	7 420,00 €	1 870,25 €	939,40 €	10 229,65 €	0,35 €	10 230,00 €
Soma:		59 360,00 €	14 854,00 €	7 515,20 €	81 729,20 €	2,80 €	81 732,00 €

----- Assim, com base nos fundamentos constantes da nossa proposta que mereceu a aprovação, por unanimidade, da Câmara Municipal em sua reunião do dia 29 de Outubro do ano transacto e considerando o acima mencionado, submete-se à consideração do Executivo Municipal, em conformidade com o disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro: -----

- a) A aprovação dos montantes a transferir para as Freguesias, conforme mapa actualizado em função do valor da Retribuição Mínima Mensal Garantida fixado para 2016; -----



- b) Submeter a proposta à apreciação da Assembleia Municipal, para efeitos do disposto na alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.” -----

----- **Deliberação:** Aprovar, por unanimidade, os montantes a transferir para cada Freguesia, de acordo com mapa atualizado em função do valor da Retribuição Mínima Mensal Garantida fixado para 2016 e submeter a proposta à apreciação da Assembleia Municipal, para efeitos do disposto na al.ª j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

**DIVISÃO ADMINISTRATIVA,  
FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS**

**Venda de Lotes para a Construção de Habitação, no  
Loteamento Urbano Municipal – Sol Nascente**

----- 2 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- Uma vez que há pessoas que manifestaram a intenção em adquirir um lote de terreno no Loteamento referido em epígrafe, sugere-se que Câmara Municipal, nos termos do artigo 9.º do **“Regulamento para Venda de lotes para a Construção de Habitação, no Loteamento Urbano Municipal – Sol Nascente”**, delibere que seja aberto novo concurso em hasta pública, nos termos do referido regulamento.” -----

----- **Deliberação:** Aprovar, por unanimidade, autorizar a abertura de novo concurso em hasta pública dos lotes do Loteamento Urbano **“Sol Nascente”**, em conformidade com o disposto no **“Regulamento para Venda de Lotes para a Construção de Habitação, no Loteamento Urbano Municipal – Sol Nascente”**, bem como fixar o valor mínimo de cada lanço de 5,00€ (cinco euros). -----



**Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de  
Imóveis – Exercício do Direito de Preferência**

----- 3 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- “Para os devidos efeitos, junto remeto a V. Ex.<sup>a</sup> os atos celebrados nos mês de **dezembro de 2015**, pelos diversos Serviços de Notariado, com vista a permitir o exercício de direito de preferência sobre os prédios, nos termos do artigo 55º do Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões, aprovado pelo Decreto-Lei nº 287/2003 de 12 de Novembro.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, não exercer o direito de preferência.** -----

**António Alves Pinto Sequeira  
– Pagamento de Indemnização**

----- 4 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- “O Senhor **ANTÓNIO ALVES PINTO SEQUEIRA**, veio através de requerimento, solicitar a assunção de responsabilidade, por parte do Município, com vista ao pagamento de uma indemnização no valor de **40,48€** (quarenta euros e quarenta e oito cêntimos) pelos danos sofridos na sua viatura marca Volkswagen Passat com a matrícula 44-36-RD, mais concretamente o rebentamento de um pneu, quando circulava na estrada de Justos, ao desviar-se de uma pedra de uma lomba provocada pelas raízes dos pinheiros existente ao longo da referida estrada. -----

----- Averiguada a situação pelo Fiscal Municipal, o mesmo informou que no local efetivamente existiam as lombas e que não existia no local qualquer sinalização. -----

----- Considerando que no âmbito da apólice de responsabilidade civil geral, do contrato de seguro celebrado com a Axa Portugal, Companhia de Seguros, S.A., os danos não são passíveis de indemnização pela companhia seguradora, em virtude da mesma estar sujeita a uma franquia contratual, por sinistro, de 10%, com o valor mínimo de 250€, valor que é superior ao reclamado

**Município de Santa Marta de Penaguião**  
**Câmara Municipal**  
**Ata n.º 02 de 19 de janeiro de 2016**



pelo requerente, pelo que, sugere-se que o assunto seja agendado para a próxima reunião da Câmara Municipal, no sentido de deliberar proceder ao pagamento da indemnização pelos danos sofridos na citada viatura, ou seja o pagamento de um pneu, no valor de **40,48€ (quarenta euros e quarenta e oito cêntimos)** uma vez que decorre responsabilidade extracontratual do Município, da assunção do pagamento da referida indemnização.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, autorizar o pagamento da indemnização no valor de 40,48€ (quarenta euros e quarenta e oito cêntimos), nos termos da informação dos serviços.** -----

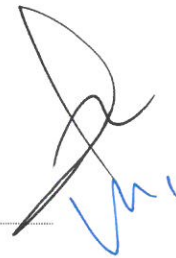
**Serviços de Tesouraria**

**Resumo dos Fluxos de Caixa de 30 de dezembro de 2015  
a 14 de janeiro de 2016**

----- 5 – Presente à reunião para conhecimento o Resumo dos Fluxos de Caixa de 30 de dezembro de 2015 a 14 de janeiro de 2016, o qual apresenta os seguintes valores: -----

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA				Data:	14/01/2016
Recebimentos			Pagamentos		
Saldo do dia anterior:		249 893,64	Despesas Orçamentais (*)		6 628,34
Execução orçamental	242 156,06		Correntes	6 628,34	
Operações de tesouraria	7 737,58		Capital		
			(*) Compromissos	99 445,01	
Receitas Orçamentais		182 910,21	Operações de tesouraria		
Correntes	182 910,21		Saldo para o dia seguinte:		426 175,51
Capital			Execução orçamental	418 437,93	
Operações de tesouraria			Operações de tesouraria	7 737,58	
Total		432 803,85	Total		432 803,85

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----



**DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA**

**Constituição da Comissão Técnica, para a Fiscalização do Cumprimento do Regulamento que Estabelece as Condições de Segurança a Observar na Localização, Implantação, Conceção e Organização Funcional dos Espaços de Jogo e Recreio, respetivo Equipamento e Superfícies de Impacto – Decreto-Lei n.º 203/2015, de 17 de setembro**

----- 6 – Presente à reunião informação da Divisão de Coordenação Técnica de Planeamento e Gestão Urbana, com o seguinte teor: -----

**----- I – ENQUADRAMENTO -----**

----- O Decreto-Lei n.º 203/2015, de 17 de setembro, aprovou o Regulamento que estabelece as condições de segurança a observar na localização, implantação, conceção e organização funcional dos espaços de jogo e recreio, respetivo equipamento e superfícies de impacto. -----

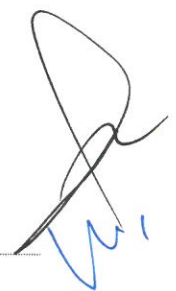
----- Este diploma veio clarificar e atualizar alguns aspetos de forma a melhor salvaguardar a proteção da saúde e segurança das crianças e dos jovens utilizadores dos espaços de jogo e recreio. -----

----- De acordo com o disposto no artigo 35.º do preceito a fiscalização do cumprimento do disposto no Regulamento compete às câmaras municipais, sendo que no caso dos espaços de jogo e recreio cuja gestão pertença às autarquias locais, a fiscalização do cumprimento do disposto no presente Regulamento compete à Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE). -----

----- A fiscalização a que se refere o artigo supra será efetuada, por uma comissão técnica que integrará: Um arquiteto, um engenheiro com competência técnica em matéria de segurança de equipamentos e de instalações e o delegado de saúde do concelho de Santa Marta de Penaguião. -----

**----- PROPOSTA DE DECISÃO -----**

----- Em coerência com as razões de facto e direito tomo a liberdade de propor à Exma. Câmara Municipal que, delibere constituir a Comissão para a realização da fiscalização mencionada no artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 203/2015, de 17 de setembro, que será formada pelos seguintes elementos: Técnico Superior de Arquitetura João Avelino Araújo de Sousa, Técnica Superior de



Engenharia Civil Cármen Carvalho Pereira, Delegado de Saúde de Santa Marta de Penaguião, como membro suplente ficará Fiscal António Júlio Costa Almeida. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, nos termos da informação dos serviços.** -----

**Constituição da Comissão Municipal de Vistorias a que Reporta o Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro, com a nova Redação dada pelo Decreto-Lei n.º 217/2012, de 9 de outubro, Relativamente ao Licenciamento e Fiscalização de Instalações de Produtos de Petróleo e Combustíveis**

----- 7 – Presente à reunião informação da Divisão de Coordenação Técnica de Planeamento e Gestão Urbana, com o seguinte teor: -----

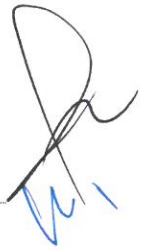
----- **I - ENQUADRAMENTO**-----

----- De acordo com o Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro, com a nova redação dada pelo Decreto-Lei n.º 217/2012, de 9 de outubro, diploma que estabelece os procedimentos e define as competências para o licenciamento e fiscalização de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e de instalações de postos de abastecimento de combustíveis, a emissão da licença de exploração e demais verificação prévia do local (quando aplicável), deverá ser precedida de vistoria (inicial (e/ou) final), nos termos dos artigos 12.º a 14.º do citado diploma, bem como dos artigos 10.º e 14.º da Portaria n.º 1188/2003, de 10 de outubro e Portaria n.º 1515/2007, de 30 de novembro.

----- Neste quadro, torna-se necessário constituir a comissão para a realização das vistorias supra. -----

----- **II - PROPOSTA DE DECISÃO** -----

----- Em coerência com as razões de facto e direito tomo a liberdade de propor à Exma. Câmara Municipal que delibere constituir a Comissão para a realização das vistorias supra que será formada pelos seguintes elementos: Técnico Superior de Arquitetura João Avelino Araújo de Sousa, Técnica Superior de Engenharia Civil Cármen Carvalho Pereira e a Técnica Superior de Engenharia do Ambiente Maria Adelaide Machado, como membros suplentes fica o Fiscal Municipal António Júlio Costa Almeida e o Fiscal Municipal Alfredo Alexandre Frederico Moreira.



Deverá ser convidada a acompanhar a vistoria, quando aplicável, a Autoridade Nacional de Proteção Civil.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, nos termos da informação dos serviços.** -----

**Constituição da Comissão de Vistorias para Verificação das  
Condições de Segurança e de Salubridade e do Edificado**

----- 8 – Presente à reunião informação da Divisão de Coordenação Técnica de Planeamento e Gestão Urbana, com o seguinte teor: -----

----- **“ENQUADRAMENTO LEGAL**

----- As deliberações referidas no n.º 2 e 3 do artigo 89.º do Decreto-Lei nº 136/2014, de 9 de setembro que procede à décima terceira alteração ao Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação aprovado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, são precedidas de prévia vistoria municipal. -----

----- Para o efeito, o n.º 1 do artigo 90.º, do atual Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, determina que “A vistoria é efetuada por uma comissão composta, no mínimo por 3 técnicos a designar pela Câmara Municipal, dos quais, pelo menos 2 devem ter formação e habilitação legal para assinar projetos correspondentes à obra objeto de vistoria”. -----

----- **PROPOSTA DE DECISÃO** -----

----- Em coerência com as razões de facto e direito tomo a liberdade de propor à Exma. Câmara Municipal que delibere constituir a Comissão para a realização das vistorias supra que será formada pelos seguintes elementos: Técnico Superior de Arquitetura João Avelino Araújo de Sousa, Técnica Superior de Engenharia Civil Cármen Carvalho Pereira e a Técnica Superior de Engenharia do Ambiente Maria Adelaide Machado, como membros suplentes fica o Fiscal Municipal António Júlio Costa Almeida e o Fiscal Municipal Alfredo Alexandre Frederico Moreira.”

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, nos termos da informação dos serviços.** -----



### **Constituição da Comissão de Vistorias**

----- 9 – Presente à reunião informação da Divisão de Coordenação Técnica de Planeamento e Gestão Urbana, com o seguinte teor: -----

#### **----- "ENQUADRAMENTO LEGAL-----**

----- A Concessão de licença ou autorização de utilização de edifícios ou suas frações, depende de prévia vistoria municipal, nos casos taxativamente previstos no artigo 64º do Decreto-Lei nº 136/2014, de 9 de setembro que procede à décima terceira alteração ao Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação aprovado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro. -----

----- Para o efeito, o n.º 2 do artigo 65º, do atual Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, determina que "A vistoria é efetuada por uma comissão composta, no mínimo por 3 técnicos a designar pela Câmara Municipal, dos quais, pelo menos 2 devem ter formação e habilitação legal para assinar projetos correspondentes à obra objeto de vistoria". -----

#### **----- PROPOSTA DE DECISÃO -----**

----- Em coerência com as razões de facto e direito tomo a liberdade de propor à Exma. Câmara Municipal que delibere constituir a Comissão para a realização das vistorias supra que será formada pelos seguintes elementos: Técnico Superior de Arquitetura João Avelino Araújo de Sousa, Técnica Superior de Engenharia Civil Cármen Carvalho Pereira e o Fiscal Municipal da área geográfica, como membro suplente ficará o outro Fiscal Municipal." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, nos termos da informação dos serviços.** -----

### **Desafetação de uma Parcela Dominial para o Domínio Privado do Município, Destinada à Criação de uma "Bolsa de Solos" a Afetar à Construção**

----- 10 – Presente à reunião informação da Divisão de Coordenação Técnica de Planeamento e Gestão Urbana, com o seguinte teor: -----

#### **----- "Considerandos: -----**

----- O Executivo Municipal em Reunião do dia 3 de abril, de 2012, e em 15 de setembro, de



2015, aprovou a desafetação para o domínio privado do Município, e para fins de construção – duas parcelas de terreno, cujas, áreas são de 1061 m<sup>2</sup> e 177 m<sup>2</sup>, respetivamente, sito na variante de Santa Comba, União de Freguesias de Lobrigos (São Miguel e São João de Baptista) e Sanhoane a desanexar do artigo primitivo 221-C, da freguesia de São Miguel, descrito na Conservatória do Registo Predial de Santa Marta de Penaguião sob o n.º3. -----

----- Aquando da promoção do registo o Conservador do Registo Predial de Santa Marta Penaguião solicitou que fosse indicada de forma precisa onde integrará a segunda parcela de terreno desafetada do domínio público (177 m<sup>2</sup>). -----

----- Ora, da parcela de terreno de 1061 m<sup>2</sup> resultou dois artigos mais concretamente o 1748 e 1746 da União de Freguesias de Lobrigos (São Miguel e São João de Baptista), cujas, áreas são 1003 m<sup>2</sup> e 58 m<sup>2</sup>, respetivamente. -----

----- Neste quadro, **tenho a honra de propor que a Câmara delibere**, que a parcela de terreno, com a área de 177,00 m<sup>2</sup>, sito na variante de Santa Comba, União de Freguesias de Lobrigos (São Miguel e São João de Baptista) e Sanhoane a desanexar do artigo primitivo 221-C, da freguesia de São Miguel, descrito na Conservatória do Registo Predial de Santa Marta de Penaguião n.º 3, se destine a ampliar o artigo 1748 passando a área final deste a ser de 1180 m<sup>2</sup>.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, proceder à desafetação da parcela de terreno, nos termos da informação dos serviços.** -----

#### **Taxa pela Realização, Manutenção e Reforço de Infraestruturas Urbanísticas (TU) 2016**

----- 11 – Presente à reunião informação da Divisão de Coordenação Técnica de Planeamento e Gestão Urbana, com o seguinte teor: -----

#### **----- “I - ENQUADRAMENTO LEGAL-----**

----- De acordo com o disposto na alínea a) do n.º 5 do artigo 116º do Decreto-Lei nº 136/2014, de 9 de setembro, que procede à décima terceira alteração ao Regime Jurídico da Urbanização



e da Edificação aprovado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, a emissão de licenças e admissão de comunicação prévia de operações de loteamentos e obras de edificação, estão sujeitas ao pagamento de uma taxa, tendo em conta o plano plurianual de investimentos na execução, manutenção e reforço das infra-estruturas gerais que pode ser definido por áreas diferenciadas. -----

----- Decorre da leitura da definição da alínea h), do artigo 2º, do RJUE que as infra-estruturas são obras de criação e remodelação destinadas a servir diretamente os espaços urbanos ou as edificações, como arruamentos viários e pedonais, redes de esgotos e de abastecimento de água, electricidade, gás e telecomunicações e ainda espaços verdes e de utilização coletiva.

----- Ora, de acordo com a fórmula de cálculo da Taxa pela realização, reforço e manutenção de infraestruturas urbanísticas **“Tu”** definida nos n.ºs 2 e 3 do artigo 149º, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação de Santa Marta de Penaguião (RMUE), é condição a definição do **“In”** - Coeficiente que traduz a influência do programa plurianual. -----

----- De referir que, a taxa é distinguida por áreas geográficas, nomeadamente freguesia e lugares correspondentes às extintas freguesias. -----

----- A distribuição dos valores de Investimento em Infraestruturas urbanísticas para 2016 e respetivos cálculos para obtenção do valor **“In”** são apresentados em anexo. -----

## II - PROPOSTA DE DECISÃO -----

----- Em coerência com as razões de facto e direito tomo a liberdade de propor à Exma. Câmara Municipal que, **aprove**, a tabela I onde consta o **“In”** para cada Freguesia/lugares, de forma a se proceder ao cálculo da **“Tu”** referida nos n.ºs 2 e 3, do artigo 149.º do RMUE. -----

**Tabela I**

Freguesia/lugares	In
Alvações do Corgo	0,08
Cumieira	0,06
Fontes	0,04
Fornelos	0,02
Louredo	0,04
Medrões	0,02
Sanhoane	0,02
São João de Lobrigos	0,32
São Miguel de Lobrigos	0,17
Sever	0,24



----- Deliberação: Aprovar, por unanimidade, nos termos da informação dos Serviços e proceder à respetiva publicitação nos termos da legislação em vigor. -----

**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO  
AÇÃO SOCIAL E TURISMO  
Serviço da Cultura**

**Concerto de Reis - Banda Musical da Cumieira**

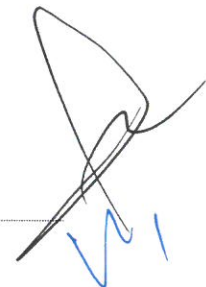
**– Participação Financeira**

----- 12 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Silvia Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----

----- "Foi realizado o concerto de Reis pela Banda Musical da Cumieira no passado dia 10 na Igreja de São Miguel de Lobrigos, tendo para este sido convidado o Coro de Câmara D'Ouro de Vila Real. -----

----- Considerando que os municípios dispõem de atribuições no domínio da cultura, conforme n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e que nos termos das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo referido, compete à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, bem como apoiar atividades de natureza cultural de interesse para o Município, propõe-se ao Executivo que delibere aprovar transferir para a Associação Banda Musical da Cumieira, a importância de 1.532,50€, para ajudar a fazer face às despesas daquela ação." -----

----- Deliberação: Aprovar, por unanimidade, autorizar a realização das despesas no valor de 1.532,50€ (mil e quinhentos e trinta e dois euros e cinquenta cêntimos), a transferir para a Associação Banda Musical da Cumieira, nos termos da proposta. -----



**Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da Câmara  
Municipal de Santa Marta de Penaguião – Pedido de subsídio**

----- 13 – Presente à reunião ofício do Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, registado sob o n.º 89 de 15 de janeiro de 2015, com o seguinte teor: -----

----- “Como é do conhecimento de V.ª Ex.ª, realizou-se no passado dia 23 de dezembro a festa de Natal dos funcionários. -----

----- Para a realização desta atividade, foi atribuído pelo Município um subsídio de 3.500,00 €. -----

----- Esta atividade contemplou o almoço de Natal e a distribuição de prendas aos filhos menores dos funcionários. -----

----- Devido ao elevado número de inscrições para o almoço, que em muito ultrapassou a estimativa inicial, os custos com o almoço foram superiores em 437,97 €. -----

----- Nesse sentido, vimos muito respeitosamente solicitar a V.ª Ex.ª a atribuição de um subsídio nesse valor, para fazer face às despesas tidas com esta ação. -----

----- Aproveitamos para expressar a nossa disponibilidade de colaboração com o Município nas atividades que pretende realizar, se tal for oportuno.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor de 437,97€ (quatrocentos e trinta e sete euros e noventa e sete cêntimos).** -----

**Serviço do Desporto**

**Atividade Desportiva de Natação – Comparticipação  
Financeira**

----- 14 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----

----- “Na última reunião do ano de 2015 do Executivo Municipal, foi levado a conhecimento deste Órgão a intenção de protocolar com o Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da



Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, conhecido como CCD, um projeto de natação/competição para o Concelho que está a ser desenvolvido entre o Município e a Associação Regional de Natação do Nordeste. -----

----- O principal objetivo é a fomentação e desenvolvimento da prática da natação, de modo a contribuir para uma melhor qualidade de vida da população. -----

----- Entretanto e nesse sentido, o CCD teve algumas despesas com os atletas, nomeadamente com os exames médicos, toucas, deslocações e inscrições. -----

----- Considerando que o Município dispõe de atribuições no domínio dos tempos livres e desporto nos termos do n.º 2 do Artigo 23.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e que compete à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio às entidades e organismos legalmente existentes, bem como apoiar atividades de natureza desportiva e recreativa de interesse para o Município, conforme alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do referido Anexo, proponho a transferência de 790,00 € para o CCD, de modo a fazer face às despesas tidas com esta atividade." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, proceder à transferência de 790,00€ (setecentos e noventa euros), nos termos da proposta.** -----

### **Serviço da Ação Social**

#### **Programa de Apoio ao Medicamento Solidarius**

##### **– Fixar Valores para 2016**

----- 15 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----

----- “O Programa de Apoio ao Medicamento Solidarius publicado no Diário da República, 2.ª série – N.º 166 – 29 de Agosto de 2014, tem como objetivo apoiar a aquisição de medicação com receita médica do Serviço Nacional de Saúde a pessoas com doenças crónicas em situação de carência económica e cuja qualidade de vida depende da necessidade generalizada da utilização de medicamentos. -----

M1

**Município de Santa Marta de Penaguião**  
**Câmara Municipal**  
**Ata n.º 02 de 19 de janeiro de 2016**

---

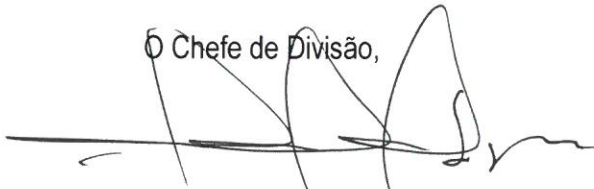
----- Num contexto de difícil crise sócio económica, cujas consequências atingem as famílias mais vulneráveis, a atribuição do apoio no âmbito do Programa de Apoio ao Medicamento Solidarius – PAMS tem como objetivo fundamental atenuar as dificuldades e necessidades das famílias. -----

----- Considerando que ao abrigo do artigo 8º do Regulamento Municipal, é fixado um valor na comparticipação de medicamentos por deliberação da Câmara Municipal, no mês de Janeiro de cada ano, propõe-se que o Executivo Municipal fixe o valor para 2016. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, fixar o valor anual da comparticipação de medicamentos em 175,00€ (cento e setenta e cinco euros), cada.** -----

----- E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, em minuta, nos termos e para os efeitos consignados no artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão, com funções de Secretário que a elaborei. Foi encerrada a reunião quando eram 10:30 horas. -----

O Chefe de Divisão,



(António Augusto Amaral Sequeira)

O Presidente Câmara,



(Luís Reguengo Machado, Dr.)